

'Esqueletos' também ampliaram os débitos

A política de juros altos da primeira fase do Plano Real e a desvalorização do câmbio ocorrida a partir de 1999 explicam boa parte do aumento da dívida pública, mas o governo destaca também outro fator: o reconhecimento de dívidas (os "esqueletos") e a implementação de programas como a assunção de dívida de Estados e municípios pela União.

Um estudo do Tesouro mostra que os chamados passivos contingentes (como a capitalização do Banco do Brasil e a questão do Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS) responderam por R\$ 57,44 bilhões da dívida mobiliária (em títulos) em valores correntes. Se atualizados pela taxa Selic, esse valor chega a R\$ 96,50 bilhões.

Os programas especiais de governo (como o refinanciamento de Estados e municípios e a compensação da perda de receita aos Estados por causa da Lei Kandir) somam R\$ 191,73 bilhões em valores correntes e R\$ 329,55 bilhões se corrigidos pela Selic. A dí-

vida mobiliária em julho atingiu R\$ 609 bilhões.

O secretário-adjunto do Tesouro, Rubens Sardenberg, diz que o estudo não foi feito para negar o efeito dos juros e do câmbio sobre as contas públicas, mas para mostrar também que o reconhecimento desses passivos, que existiam e não eram contabilizados, teve um impacto muito expressivo sobre a dívida mobiliária. "Isso traz uma transparência muito grande", afirma.

O estudo, feito quando a dívida líquida estava em 51,3% do PIB (hoje é de 52,4%), mostra ainda que, sem as privatizações, a relação estaria em 58,7%. O valor corrente da venda de estatais entre 95 e 2001 foi de R\$ 32,48 bilhões, atingindo R\$ 43,03 bilhões se atualizados pela Selic. "Isso significa uma economia anual permanente de juros de 1,5% do PIB", afirma Sardenberg. "Esses números tornam clara a importância da privatização no controle do aumento da dívida pública." (S.L)